

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

Restar saber se o Inova não representará um mecanismo para aumentar burocracias e gerar desperdício de tempo e dinheiro

Governo lança medidas para modernizar estatais, mas eficácia é incerta

À primeira vista, a iniciativa parece promissora. O governo publicou ontem três decretos que, pelo menos na teoria, visam aprimorar a gestão das empresas estatais e impedir que continuem drenando recursos públicos. Entre as medidas anunciadas, destaca-se a criação do Programa de Governança e Modernização das Empresas Estatais (Inova), cujo objetivo é conduzir estudos sobre governança, desenvolver novas modelagens de negócios para estatais e modernizar os instrumentos de gestão. Se for isso mesmo, ponto para o governo. Resta saber se o Inova não representará um mecanismo para aumentar burocracias e gerar desperdício de tempo e dinheiro. As estatais vivem situação calamitosa. De janeiro a outubro de 2024, o déficit primário dessas empresas totalizou R\$ 7,6 bilhões — é o maior valor para o período desde o início da série histórica do Banco Central, em 2002. A criação do Inova é bem-vinda, mas sua eficácia dependerá de resultados concretos.

Divulgação/Embrapa



Embrapa quer fim do home office e funcionários reagem

As visões opostas de chefes e subordinados a respeito da eficácia do home office chegaram à Embrapa, a estatal voltada para a agropecuária. Um memorando assinado por chefes de unidades defendendo o fim do modelo híbrido de trabalho revoltou colaboradores. Segundo os incomodados, não há estudos que comprovem o aumento da produtividade na jornada cumprida 100% no escritório. Nos últimos meses, companhias de diversos setores têm pressionado os funcionários para voltarem ao velho sistema.

Programa da ApexBrasil movimentou R\$ 500 milhões em negócios

Com o slogan “Rodando o país para as nossas empresas ganharem o mundo”, o programa Exporta Mais Brasil, da ApexBrasil, completou 28 edições com números superlativos. Desde a sua criação, movimentou R\$ 553,5 milhões em expectativa de negócios e promoveu 6 mil reuniões entre 875 empresas brasileiras e 305 compradores internacionais. Segundo a agência, quase metade das empresas atendidas são lideradas por mulheres, o que se deve, sobretudo, ao programa Mulheres e Negócios Internacionais.

Reprodução/Megacurioso



Navios movidos a metanol deverão reduzir emissões de poluentes

Nos últimos anos, empresas, governos e instituições ambientalistas têm se esforçado para desenvolver soluções capazes de reduzir as emissões de dióxido de carbono. Até pouco tempo, o transporte marítimo permanecia alheio aos debates, como se o tema não envolvesse o setor. A situação começa a mudar. A francesa CMA CGM, uma das maiores empresas de transporte marítimo do mundo, anunciou que navios movidos a metanol deverão entrar em operação em breve. É uma nova revolução a caminho.

RAPIDINHAS

» A Omnicom fechou uma das maiores transações da história do mercado publicitário. Por US\$ 13 bilhões, o grupo americano comprou a conterrânea Interpublic. Juntas, as duas operações terão receitas de aproximadamente US\$ 25 bilhões, superando, assim, a britânica WPP e a francesa Publicis, que também são referências no setor.

» A companhia aérea Gol vai ampliar consideravelmente a sua malha aérea para a alta temporada de verão no Brasil, que se estende até o início de março. Apenas em janeiro, serão realizados 18 mil voos, um recorde na história da empresa. A ideia é aumentar também a oferta de assentos para a América do Norte e Caribe.

» A Yduqs, controladora do grupo de ensino Estácio, comprou o campus Edufor em São Luís, no Maranhão, por R\$ 14 milhões. A Edufor oferece 13 cursos superiores, mas a Yduqs está de olho nas escolas de medicina que pertencem à instituição. Com a aquisição, a Yduqs passa a oferecer 2.044 vagas em cursos de Medicina em 18 localidades diferentes.

» A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou 13 projetos dedicados ao desenvolvimento de hidrogênio verde, combustível capaz de reduzir as emissões de gases do efeito estufa. As iniciativas, lideradas por empresas como Petrobras, Neoen e CTEG Brasil, deverão atrair cerca de R\$ 1,5 bilhão em investimentos.

US\$ 2 bilhões

é a fortuna do ex-ditador sírio Bashar al-Assad, que foi deposto por grupos rebeldes do país. A estimativa é do Departamento de Estado dos Estados Unidos



Somos a primeira geração a sentir o impacto das mudanças climáticas e a última que pode fazer algo a respeito”

Barack Obama,
ex-presidente dos Estados Unidos

Paul Ellis/AFP



GESTÃO / Preocupado com saúde financeira das empresas públicas — muitas delas, deficitárias — o governo criou três medidas para melhorar a gestão e ter mais controle dos ministérios aos quais elas estão vinculadas

Decretos dão fôlego a estatais

» FERNANDA STRICKLAND
» MAYARA SOUTO

O governo apresentou, ontem, um conjunto de medidas para fortalecer a governança e aumentar a eficiência das estatais federais, que este ano acumulam saldo negativo em suas contas. As iniciativas visam alinhar a gestão dessas empresas às demandas estratégicas do país, melhorar sua sustentabilidade financeira e fomentar inovação.

As medidas foram formalizadas por meio de três decretos assinados ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O primeiro cria o Programa de Governança e Modernização das Empresas Estatais Federais (Inova), que visa melhorar a gestão e fomentar a inovação nas empresas controladas pela União.

O segundo decreto institui o Sistema de Coordenação da Governança e da Supervisão Ministerial das Empresas Estatais Federais (Sisest), uma estrutura que reúne 16 ministérios e todas as estatais, permitindo uma visão integrada de suas operações para otimizar processos e identificar

oportunidades de melhoria. O terceiro decreto atualiza a Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (Cgpar), adaptando sua atuação à Lei das Estatais, de 2016 e centralizando a organização no Sesest.

As empresas estatais desempenham um papel fundamental na economia brasileira, contribuindo com cerca de 6% do PIB nacional e gerando mais de 400 mil empregos diretos. Elas operam em setores estratégicos como energia, petróleo, governo digital e reindustrialização. No entanto, desafios relacionados à governança e à sustentabilidade financeira motivaram a proposta de novas medidas.

“Apesar de conhecermos empresas de grande porte, como Petrobras, BNDES, Banco do Brasil e Caixa, o Brasil possui 44 estatais, além de suas subsidiárias. Elas são cruciais para o desenvolvimento do país e precisam de uma gestão moderna e eficiente”, destacou a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, em coletiva de imprensa.

Adalberto Marques/MGI



Em coletiva, a ministra Esther Dweck destacou que o governo pretende modernizar as estatais

Em 2023, as 44 estatais sob controle da União foram responsáveis por 5,75% do PIB, registrando lucro de R\$ 197,8

bilhões e distribuindo R\$ 128,1 bilhões em dividendos. O governo busca, com as novas medidas, não apenas maximizar o

retorno dessas empresas à sociedade, mas também promover um modelo de governança mais eficiente e sustentável.

Constitucionalidade

O coordenador jurídico do escritório Wilton Gomes Advogados, especialista em direito administrativo, Marcos Jorge, observa que os decretos assinados pelo presidente não ferem a Constituição nem a legislação voltada às estatais, em especial o Estatuto Jurídico das Empresas Estatais. “Em uma análise jurídica mais detida, verificamos que tais decretos, aparentemente, não incorrem em quaisquer inconstitucionalidades, pois não contrariam direitos já existentes, e nem inovam no ordenamento, estabelecendo novo direito ou obrigação”, comenta Jorge.

O especialista explicou ainda que outro ponto jurídico fundamental, que chama a atenção, é que tais Decretos vem garantir maior efetividade ao princípio jurídico da eficiência Administrativa. “O que garante que toda a atividade do Estado deve atingir o interesse público de maneira mais eficiente quanto possível, prezando pela harmonia com os demais valores presentes no ordenamento jurídico”, pontuou.

MERCADO DE TRABALHO

STF discute uberização

» RENATO SOUZA

O Supremo Tribunal Federal deu início ontem ao debate sobre a relação empregatícia entre motoristas de aplicativo, entregadores e empresas de tecnologia que gerenciam

essas plataformas. Uma audiência pública conduzida pelo ministro Edson Fachin reuniu 58 entidades para discutir o tema que deve ser julgado pelo Supremo no próximo ano. Uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)

foi apresentada questionando se existe ou não vínculo neste tipo de atividade.

Na abertura da audiência, Fachin defendeu a “pacificação” e “segurança jurídica” em relação ao tema. O magistrado destacou que o debate no Supremo deve

ir além de opiniões e pontos de vista e deve estar conectado com a realidade. As entidades participantes da audiência pública foram instadas pelo ministro a responderem 12 perguntas que foram elaboradas sobre o assunto.

Entre os questionamentos está um sobre que tipo de vínculo trabalhista deve existir entre as empresas e prestadores de serviço e qual seria o impacto

financeiro caso a atividade seja reconhecida como vínculo empregatício. Na ação que corre no STF, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) reconheceu o vínculo empregatício entre um motorista e a empresa Uber.

Outros 10 mil processos semelhantes tramitam no Judiciário do país — onde motoristas pedem o pagamento de direitos trabalhistas, como horas extras,

13º salário e remuneração mínima. A Uber alega que se todas as ações tiverem vínculo reconhecido, a operação da empresa no Brasil fica comprometida. Após a conclusão da participação dos especialistas, entidades e órgãos convidados, Fachin pode mandar o tema para ser pautado no plenário da corte. Cabe ao presidente do Supremo a escolha da data para julgamento do tema.